

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTADO E CULTURA:

As Políticas Culturais no âmbito dos Estudos Africanos

Aldina da Silva Melo¹

RESUMO

Esta pesquisa analisa a relação entre estado e cultura em alguns países da África Austral e Ocidental, delineando um panorama do estado de arte das políticas públicas de cultura a partir do campo dos Estudos Africanos. Para tal, este trabalho foi organizado em dois momentos. No primeiro momento a reflexão pairou sobre a tessitura dos Estudos Africanos como campo de conhecimento. Em seguida, a análise enfoca a relação entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais, destacando como estas últimas são abordadas por africanistas. Teórico e metodologicamente, este trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico, dialogando, sobretudo com africanistas, além de ser feito análise do relatório de cultura elaborado durante a AFRICACUL (sediado em Acra, capital de Gana), na Assembleia da República (Moçambique), além da Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique.

Palavras-chave: Estudos Africanos. Estado. Políticas Culturais.

ABSTRACT

This research analyzes the relationship between state and culture in some countries of Southern and West Africa, outlining an overview of the state of the art of public policies on culture from the field of African Studies. To this end, this work was organized in two stages. At first, the reflection hovered over the fabric of African Studies as a field of knowledge. Then, the analysis focuses on the relationship between African Studies and Cultural Policies, highlighting how the latter are approached by Africanists. Theoretically and methodologically, this work was carried out based on a bibliographical survey, dialoguing, especially with Africanists, in addition to analyzing the report prepared during AFRICACUL (based in Accra, capital of Ghana), in the Assembly of the Republic (Mozambique), in addition to of the Collection of Cultural Legislation of Mozambique.

Keywords: African Studies. State. Cultural Policies.

¹ Instituição de vínculo: Universidade Estadual do Maranhão – Campus Pinheiro; Titulação: Doutora em Políticas Públicas; Endereço eletrônico: aldina.smelo@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Como as políticas públicas culturais aparecem e impactam o campo dos estudos africanos? Como as políticas públicas de cultura são abordadas por africanistas? Esses são os questionamentos deste trabalho, que tem a pretensão analisar a relação entre estado e cultura em países da África Austral, delineando um panorama do estado de arte das políticas públicas a partir do campo dos Estudos Africanos.

Nesse sentido, este trabalho foi organizado em dois momentos. No primeiro momento a reflexão pairou sobre a tessitura dos Estudos Africanos como campo de conhecimento. Em seguida, a análise enfoca a relação entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais, destacando como estas últimas são abordadas por africanistas.

Teórico e Metodologicamente, este trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico, dialogando, sobretudo com africanistas, além de ser feito análise do relatório de cultura elaborado durante a AFRICACUL (sediado em Acra, capital de Gana), na Assembleia da República (Moçambique), além da Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique.

2 ESTUDOS AFRICANOS: um campo em construção

África e os Estudos Africanos influenciaram significativamente o pensamento dos principais intelectuais, e inclusive as formulações teóricas sobre as quais operam as Ciências Sociais e Humanas contemporâneas (BATES; MUDIMBE; O'BARR, 1993). O campo dos Estudos Africanos tem questionado as bases eurocêntricas históricas de pensar e produzir conhecimento científico. Para tal, tem considerado e partido da concepção que o conhecimento científico não é uma entidade ou divindade, mas um processo que é ao mesmo tempo cumulativo e de ruptura, que leva a novos conhecimentos, a outros olhares sobre a realidade social.

Os Estudos Africanos como campo produtor de conhecimento científico possui três fases, a saber: I) do século XIX a 1950, correspondente àqueles conhecimentos produzidos que construíram a imagem de uma África sem história, sobretudo, no campo filosófico; II) de 1950 a 1970, em que o conhecimento produzido propusera uma pirâmide invertida na qual África era inscrita a partir de uma perspectiva de superioridade; e III) de 1970 até os dias atuais, com os denominados Novos Estudos Africanos ou Nova Escola de Estudos Africanos. Perpassava as três fases, explícita ou implicitamente, a representação de que África, negro e branco são categorias produzidas translocalmente.

O impacto de África às Ciências Humanas leva a uma mudança de paradgmas no seio da própria produção de conhecimento. E há, pelo menos, três questões a se considerar que elucidam essa mudança de paradigma, a saber: primeiro, no caso da América Latina, o perfil da mudança de paradigma e a atualização na estrutura curricular das Ciências Sociais no Brasil; segundo, as pesquisas sobre trajetórias de intelectuais africanos de diferentes áreas do saber; e, terceiro, os Estudos Afro-Brasileiros. (SLENES, 2009)

Frente a esse cenário, em primeira instância, o que advoga o campo dos Estudos Africanos, precisamente a segunda e terceira geração, é a necessidade de romper com a vertente da “história única” que tem apresentado o continente africano de forma homogeneizada e catastrófica (ADICHIE, 2012). É fundamental, e urgente, o reconhecimento do continente africano como produtor de conhecimento. A negação histórica de África como produtora de conhecimento pode ser explicada pelo que sugere Thomaz (2011) em um estudo sobre o racismo e o terremoto de 2010 no Haiti. Para o pesquisador, “o mundo em geral e as ciências humanas em particular parecem resistir a aprender com os acontecimentos no Haiti”, e completa sugerindo que, “tudo isto [...] porque [os haitianos] são negros” (THOMAZ, 2011, p. 273; 282). Nesse ponto, parece-me que a insistência do ocidente em inscrever os africanos como não produtores de conhecimento e/ou como inferiores está muito relacionada ao fato de que “[...] muitos antropólogos [e cientistas humanos de modo geral] ainda continuam acreditando no sentido da raça”. (BARROS, 2012, p. 149)

Assim, compreender como as políticas culturais são abordadas por africanistas se fez necessário para chamar atenção para a necessidade de um

deslocamento e descolonização do saber (SANTOS, 2010) como possibilidade de reconhecimento de outras formas de conhecimentos oriundas das experiências e narrativas dos sujeitos do sul do globo e de suas estratégias de combate às desigualdades e às diversas formas de exclusão social.

Aqui são indubitáveis as contribuições de Frantz Fanon (2008) para este trabalho, especialmente suas abordagens acerca da questão da humanidade. O estudioso aponta que estamos (ou somos) geralmente condicionados a pensar a teoria a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Mas ora, tal perspectiva de pensar o mundo e as experiências sociais, por muitos anos, reduziu a noção de humanidade, excluindo dela as “gentes de cor” e empobrecidas.

Para Hountondji “o estudo da África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente” (HOUNTONDJI, 2008, p. 151). E a segunda e terceira geração dos Estudos Africanos vem alertando que o fato de terem sido desconsideradas e/ou silenciadas as experiências dos africanos não significa que esses sujeitos não existam e não produzam conhecimento.

3 AS POLÍTICAS CULTURAIS NA PERSPECTIVA DE AFRICANISTAS

Os Estudos Africanos trazem importantes contribuições para problematizar as políticas culturais, sejam elas apreendidas como campo do conhecimento, sejam como objeto de pesquisa derivado de ações da área política. Nesse sentido, cabem aqui o questionamento: como as políticas culturais têm sido abordadas por africanistas?

Primeiramente, é importante destacar a carência de pesquisas que enfoquem as políticas culturais em África em contraste com o expressivo número de trabalhos cujo campo analítico tem sido a Europa. Nesse sentido, os Estudos Africanos trazem importantes contribuições para ampliar este debate, mapear e visibilizar o movimento das políticas culturais formuladas, implementadas e avaliadas situadas em países africanos.

Entre os africanistas o debate sobre as políticas culturais tem partido, sobremaneira, a partir do campo afrodiaspórico. Poucos, ainda, são os trabalhos

científicos, mesmo no campo dos estudos africanos, que tem partido de África para analisar o movimento das políticas culturais.

A temática das políticas culturais tem sido alvo de debate entre pesquisadores da área. Apesar da existência de leis e políticas públicas de incentivo à cultura, seu verdadeiro papel vem sendo questionado, sobretudo diante da urgência em se transformar as estruturas sociais hegemônicas, por um movimento de descolonização dos saberes permitido pela própria ação das políticas culturais. Nesta direção, a emergência da ideia de diáspora africana – debate histórico que insurge em plena segunda década do século XXI – direciona os olhares para trilhar novos caminhos para as políticas culturais na contemporaneidade. (BIRIBA, 2021, p. 58)

É a partir do século XXI que se tem o olhar mais direcionado de africanistas para objetivos de pesquisas no âmbito das Políticas Culturais. Para Biriba (2021, p. 59),

a temática das políticas culturais se (re)apresenta em um momento de importantes discussões acerca das necessidades de mudança de paradigmas na produção cultural, cujo olhar para a decolonialidade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade tem oferecido suporte epistemológico para esse debate na segunda década do século XXI.

A conexão entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais tem possibilitado a emergência de novas perspectivas teóricas que se inserem no rol das lutas contra as várias faces do preconceito e desigualdade, seja racial, de classe e gênero. As abordagens adotadas por africanistas sobre as políticas públicas têm

têm valorizado os estudos voltados para a interseccionalidade, a inserção dos debates antirracistas, o afroperspectivismo e o feminismo negro, possibilitando avanços sobretudo no que se refere à importância das políticas culturais para o combate às formas de violência social contra povos indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, afrodescendentes, dentre outros segmentos socioidentitários. (BIRIBA, 2021, p. 59)

É possível sugerir, pelo menos, dois caminhos teóricos no campo dos Estudos Africanos no concernente às pesquisas sobre as políticas culturais. De um lado, no campo mais epistemológico, o de promover um debate mais horizontal e não hierárquico do conhecimento na medida em que visibiliza epistemes emergentes das experiências de sujeitos e nações colonizadas; de outro lado, denunciar e combater

formas de opressões e preconceitos. E a cultura é tomada como elo central nesse debate posto que pesquisas científicas realizadas por africanistas têm evidenciado, de diferentes ângulos, que a cultura tem sido acionada na luta por igualdade social em estados democráticos de nações do sul global.

Parafraseando Severino (2019, p. 130), é possível afirmar que as pesquisas em políticas culturais no campo dos Estudos Africanos são marcadas pelas urgências e dívidas históricas com seus povos tradicionais e nativos. Neste caso, é possível citar sujeitos negros e de classes sociais empobrecidas de países africanos, muito embora não se possa desconsiderar a população afrodiáspórica e indígena que também tem, no passado e ainda no presente, enfrentado múltiplas formas de anulação social e silenciamento pela “história oficial”.

Para melhor visualizar a perspectiva dos Estudos Africanos sobre as políticas culturais, bem como o impacto destas últimas neste campo, é possível citar a “Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África-Acra” (1975). Tal conferência teve influência da UNESCO, sobretudo por meio da influência de políticas públicas para a cultura (RODRIGUES, 2017). O debate sobre cultura como impulsionador de desenvolvimento perpassa toda a conferência.

A cultura como fator de desenvolvimento no continente africano se institucionaliza oficialmente com a UNESCO da Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África que aconteceu em Acra em 1975. Na ocasião os representantes dos Governos dos Estados Africanos membros da UNESCO com a cooperação da Organização da Unidade Africana (OUA) concebem que ‘a cultura africana continua a ser uma arma decisiva nas lutas pela libertação e na contínua luta contra o colonialismo, o racismo e o apartheid’ (UNESCO, 1975, s.p), e que a mesma tem um caráter transformador, por isso, ‘reconhecer, por conseguinte, as responsabilidades que incumbem aos Estados africanos em relação à definição das políticas culturais nacionais, que devem ser orientadas para as políticas decididas nos domínios político, econômico e social’ (UNESCO, 1975, s.p). (RODRIGUES, 2017, p. 60)

O debate sobre cultura e desenvolvimento levou a constituição da Década do Desenvolvimento Cultural da UNESCO (1980-1997). A conferência realizada em Acra, capital de Gana, costa atlântica do África Ocidental, também ficou conhecida como AFRICACULT-Acra, sendo marcada pela demanda dos países em buscar na cultura mecanismos que propagassem o desenvolvimento econômico e social (LEITE, 2015). Na conferência discutiu-se como a cultura poderia contribuir para o rompimento com

PROMOÇÃO

APOIO



a herança do colonialismo. Dentre os países que participaram da AFRICACULT, em Acra, estão: Argélia, Camarões, Costa do Marfim, Congo, Etiópia, Gana, Gabão, Gambia, Guiné, Ilhas Maurício, Libéria, Marrocos, Mali, Mauritânia, Malauí, Nigéria, Quênia, República Centro Africano, República Popular do Benin, República do Zaire, República Alto Volta, República da Tanzânia, Ruanda, Serra Leoa, Senegal, Sudão, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Togo. (UNESCO, 1975).

O relatório elaborado a várias mãos pelos representantes dos países africanos que participaram da AFRICACULT, elencou algumas orientações que deveriam ser consideradas e caracterizar as futuras políticas culturais a ser formuladas, a saber:

Declarar que a autenticidade cultural e o progresso técnico, na reciprocidade e complementaridade dos seus efeitos, são a garantia mais segura do desenvolvimento cultural e do advento de novas sociedades que ligam com a elevada tradição do humanismo africano; Afirmar que a diversidade cultural africana, expressão de uma mesma universalidade, é fator de equilíbrio e fecundidade criativa, servindo à causa da mobilização social e integração nacional; Reconhecer, portanto, as responsabilidades que incumbem aos Estados africanos no que diz respeito à definição das políticas culturais nacionais, as quais devem estar alinhadas com as políticas decididas nos domínios político, econômico e social; Afirmar nossa determinação de implementar ou intensificar nossas políticas culturais para esse fim, tendo em vista a interação que ocorre entre elas e as políticas seguidas em relação, entre outros, à educação, ciência e tecnologia, comunicação e meio ambiente; Comprometer a ser orientadas na consideração das recomendações feitas por esta Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África, que representa um marco na história da cultura africana (Tradução nossa). (UNESCO. 1975, s/p).

Ademais, se de um lado a ideia de desenvolvimento propagada na AFRICACULT é imbuida da tentativa de rompimento com o “jugo colonial, precisando de ações práticas para a promoção e valorização de suas culturas e da diversidade cultural” (RODRIGUES, 2017, p. 62), de outro lado, há africanistas que criticam tal perspectiva e afirmam que os países africanos precisariam “desenhar sobre seus próprios modelos, ao invés de importar de países estrangeiros” (tradução nossa) (NAWA, 2012, p. 9). Isso muito por conta das dinâmicas e especificidades de cada país, como é o caso da Nigéria, em que o Estado não declara a cultura como um direito cultural, destituindo-a da concepção de desenvolvimento; ou Mocambique, que quando da realização da AFRICACULT ainda estava vivendo a transição do sistema

colonial para a independência (RODRIGUES, 2017); e da própria África do Sul, que em 1975 ainda estava sob o domínio do governo Apartheid.

Ademais, é consenso entre os africanistas que pós-independências dos países africanos, bem como a partir do rompimento com os sistemas de governos segregacionistas, as políticas culturais têm direcionado o olhar para grupos étnicos, mulheres, negros, empobrecidos e excluídos em geral. Estes sujeitos passaram a ser vistos como sujeitos ativos da história, acionar a cultura e a atrelar ao campo político para reivindicar outros espaços que lhes foram negados pela sobreposição de um ideário de dominação econômica, sexual e de branquitude europeia.

Nesta senda, novas ecologias de saberes têm emergido a partir das pesquisas de africanistas que enfocam as políticas públicas. É olhando para esta dimensão que é possível afirmar que novas geografias, novas ecologias de saberes tessidas em contextos pós-coloniais emergiram a partir das experiências das pesquisas de africanistas no campo das políticas públicas, que surgem a partir da década 1990, período em que América Latina e África são caracterizadas por intensas lutas contra regimes ditatoriais e segregacionistas.

Com efeito, o enfoque de africanistas para as políticas culturais tem evidenciado que sujeitos outros passaram a organizar-se em movimentos coletivos de luta em prol do direito à cidadania, da emancipação humana e contra as múltiplas formas de opressão. O campo das fronteiras epistemológicas passou a ser questionado. De fato, a exclusão e a desigualdade se dariam tanto na esfera social, política e econômica, no campo do gênero, da “raça” e da classe, quanto se revelariam de modo ainda mais profundo, no âmbito do saber, no campo epistemológico. O saber passara a ser lido como poder. A ótica eurocêntrica que, em grande medida, interpretou o mundo a partir de uma lógica dicotômica e hierárquica – civilizados *versus* primitivos, norte *versus* sul, superior *versus* inferior, cultura *versus* folclore – passara a ser questionada.

As reflexões desenvolvidas por africanistas partem, em grande medida, de duas ideias norteadoras. A primeira consiste em reconhecer que as políticas culturais ocupam lugar central no seio da sociedade contemporânea, sendo fundamentais para a propagação da cidadania, do respeito à alteridade humana e da democratização epistemológica. A segunda atenta para os “perigos da história única” (já enfatizados

pela pesquisadora nigeriana Chimamanda Adichie) que inscreveu negros e indígenas como “não-civilizados” e “subhumanos”. Além disso, cabe problematizar as especificidades das lutas desses sujeitos, o que pode ajudar a compreender a teia das “necessidades humanas” (HELLER, 1978) que ultrapassam os limites da classe e do gênero, apontando a raça como elemento estrutural das relações sociais. Ora, se a raça é a modalidade na qual a classe é vivida (HALL, 2003), o gênero é a modalidade na qual a raça é experienciada (GILROY, 2001).

As pesquisas no campo dos Estudos Africanos têm demonstrado que as políticas públicas têm ocupado um importante papel nos contextos pós-colônias, quando da instauração de governos democráticos e no processo de democratização das nações. Em países africanos esse debate possui como marco o final do século XX e início do XXI. Em moçambique apenas em 1997 que a Assembleia da República aprova a Política Cultural que irá nortear as demais decisões nesse campo. Tal aprovação ocorreu paralela a 2ª Conferência Nacional sobre a Cultura realizada naquele país. Cabe destacar que ali “a política cultural é um instrumento que regula a actividade do Governo na sua articulação com os demais intervenientes na promoção e desenvolvimento da cultura.” (MALEVO, 2009, p. 497)

A política cultural visa nortear a actuação de todos, no contributo para a coesão e equilíbrio psicológico e social das comunidades, assim como para a integração dos seus membros. A política cultural do Governo constitui uma contribuição para a definição dos contornos da moçambicanidade que corporizam o património de todos os cidadãos. (MEC, 2007, p. 40)

Para Malevo (2007), a política cultural em contextos africanos tem assumido, ainda a função de impulsionadora do desenvolvimento cultural de um país, estando associada à ideia de democracia cultural. A democracia cultural é, nesse contexto, compreendida como “aquela que promove a liberdade do processo da criação artístico-cultural, envolvendo toda a sociedade na gestão, administração e na sua transmissão das produções culturais.” (MALEVO, 2009, p. 497)

Na Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique, as políticas culturais são apreendidas como campo do conhecimento, mas também como objeto de estudo. Em tal coletânea são definidos os objetivos gerais da política cultural moçambicana:

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM BELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a) Promover o desenvolvimento da cultura e personalidade moçambicanas e garantir a livre expressão dos valores nacionais, em estreita colaboração com as forças vivas da sociedade; b) Promover a difusão da cultura moçambicana, no plano nacional e internacional, e desenvolver acções com vista a fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais de outros povos; c) Promover o respeito, a valorização e a aceitação das manifestações culturais de cada comunidade; d) Promover a identificação, preservação e valorização do património cultural e artístico nacional; e) Incentivar as associações, o empresariado e os líderes, comunitários e outras entidades colectivas e singulares a complementarem as acções do Estado no âmbito da promoção e valorização da cultural nacional, tanto no país como no estrangeiro; f) Proteger a afirmação das identidades culturais locais como factores de expressão da unidade na diversidade; g) Promover a avaliação de impacto sociocultural dos projectos de desenvolvimento e a inclusão da componente cultural nos mesmos; h) Contribuir para a educação das comunidades e de todas as forças vivas da sociedade na cultura da paz, tolerância, harmonia social e respeito pelos direitos humanos. (MEC, 2007, p. 40)

A política cultural, embora inscrita no singular no MEC de Moçambique, possui ampla abrangência, estando conectada às ideias de desenvolvimento, difusão, valorização, identificação, preservação e avaliação de impacto da cultura. Isso demonstra a própria percepção de política cultural que prevalece em Moçambique e vem sendo discutida no campo dos Estudos Africanos. Ela seria percebida como um caminho nos contextos pós-coloniais para que as nações africanas se reinventassem na arena nacional e mundial, como ocorrera em Moçambique.

Uma política cultural deve reflectir-se no melhoramento de qualidade de vida dos cidadãos, através das actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. Esta deve ter objectivo amplo pelo facto de ser uma acção voltada para todo o cidadão e não apenas para alguns estratos sociais. (MALEVO, 2009, p. 501)

Outro ponto que merece destaque é o carácter conflitivo que também coexiste na política cultural, sobretudo quando do investimento de recursos financeiros. No caso moçambicano isso fica evidente na medida em que há uma maior valorização do campo das artes de artistas de renome nacional. Há também um maior investimento nas artes urbanas em comparação com as rurais. E para Malevo (2009) mesmo os conceitos de democracia e democratização estando presentes na política cultural moçambicana nota-se um aspecto de contrariedade entre a teoria e a práxis. Ou seja, a partir das pesquisas de Malevo (2009) nota-se que a

PROMOÇÃO



APOIO



contraditoriedade [da política cultural] vislumbra-se na falta de uma regulamentação que oriente a sua aplicabilidade. Nesse aspecto, verificam-se muitos problemas do âmbito cultural no que concerne ao seu cumprimento nas várias áreas e expressões artístico-culturais do país. [É possível verificar que] o papel que desempenham as políticas culturais na democracia e democratização cultural é preponderante para o desenvolvimento da cultura em Moçambique. As associações ligadas ao sector cultural, funcionam deficitariamente dada a falta do incentivo financeiro, uma vez que há uma burocracia enorme para sua aquisição. Aliás, este cenário é extensivo para os artistas que tem dado muito do seu esforço para alavancar o desenvolvimento cultural em Moçambique, mas que muitas das vezes vêem seus sonhos morrendo devido a falta de financiamento cultural. (MALEVO, 2009, p. 503)

O lugar ocupado pelas políticas culturais em nações do sul global, a exemplo daqueles de África, tem sido fundamental para compreender processos de democratização. Tem sido importante, ainda, para a reconexão e reinvenção dos países que emergiram de experiências violentas de colonização. Tem contribuído desde as lutas contra os preconceitos àquelas em prol da reconstrução dos países e inserção no cenário político mundial, bem como na instauração de regimes políticos (a exemplo das repúblicas parlamentaristas) que não aqueles que resultaram da experiência do colonialismo.

Africanistas têm apontado que as políticas culturais têm sido responsáveis pela preservação, ressignificação e disseminação do patrimônio cultural africano e pelo debate sobre nação. Nesse segmento, importante é considerar que tal movimento está associado a uma forte política da memória. E a memória, por sua vez, conectada ao debate sobre identidade e nação. Memória, identidade e nação são elementos fundamentais na tessitura da teia de compreensões sobre as políticas culturais no campo dos Estudos Africanos. Há o que se pode chamar de política de reavivamento da memória e identidade associado à política de reconstrução da nação nas experiências africanas com as políticas culturais quando e a partir do pós-colonialismo.

Nessa reflexão é importante, ainda, destacar que disputas são acopladas em torno da memória da nação. E disputas que implicam e resultam em formas de poder. Ao estudar nação na África do Sul contemporânea, Barros (2012, p. 30) lembra que naquele país “as lutas em torno da memória da nação configuram um campo privilegiado para entender formas de dominação e de resistência social.” Nação é uma

construção social permeada por oscilações e afetam diretamente o campo das políticas culturais em diferentes nações de África.

O que a abordagem africanista pretende reforçar, a partir de um exame das políticas culturais, é que não se pode negar que “continuam sendo múltiplas as lutas e tensões, simbólicas e sociais, por meio dos quais a fabricação da nação se expressa” (BARROS, 2012, p. 50). Este é um fenômeno marcado por contínuos processos de reinterpretação e revisitação da cultura e história nacional, dos projetos de nação disseminados e da prospecção na cultura de contribuir nas lutas sociais em prol de projetos nacionais mais democráticas e menos desiguais.

No campo dos Estudos Africanos, as políticas culturais mobilizam, articulam e elucidam categorias como raça, etnia, nação, memória e identidade associadas à reflexão sobre cultura. A bibliografia sobre as políticas culturais nesse campo ainda não é extensa, embora importantes contribuições já tenham sido dadas com pesquisas que enfocam lutas sociais nas experiências coloniais e pós-coloniais em África. Nesse horizonte teórico-conceitual cabe destacar que, embora, ainda seja pouca a produção, sobretudo as que enfocam África, é visível os avanços dos trabalhos de pesquisas que tem se debruçado sobre diferentes aspectos das políticas culturais naquele continente.

Investigadas por pesquisadores não africanistas, as políticas culturais já vinham sendo apontadas e consolidadas, pelo menos desde o século XX, como campo importante na defesa da diversidade cultural e com estreita relação com o estado. E este debate vem sendo retomado e ampliado por africanistas, que, longe de negar as contribuições de se problematizar as políticas culturais desde a chave analítica em prol da diversidade cultural, têm tomado as experiências de nações africanas no campo das políticas culturais. Tais experiências tem proporcionado sugerir que, em uma análise mais acurada das políticas culturais no sul global, se tem notado a necessidade de se visibilizar outras categorias, não restringindo o debate apenas à diversidade cultural, embora se reconheça a importancia deste.

No caso específico de países africanos, a exemplo da África do Sul, mas também daquelas da América Latina, como o Brasil, outras categorias precisam ser consideradas na análise das políticas culturais, a saber: raça, memória, identidade, nação e classe. Tais categorias têm emergido nas pesquisas de africanistas sobre as

políticas culturais. Elas sinalizam que as políticas culturais podem ser apreendidas como espaço de análise importante que ultrapassa as fronteiras antes demarcadas pela perspectiva eurocentrica. Africanistas têm demonstrado que a partir das políticas culturais é possível problematizar sistemas de governos e lutas sociais que enfocam as desigualdades na dimensão da raça, do gênero e da classe.

4 CONCLUSÃO

As políticas culturais desde a perspectiva dos Estudos Africanos têm sido um campo acionado por diferentes sujeitos em sociedades do sul global (especificamente aquelas africanas que vieram de experiências violentas da colonização) para denunciar desigualdades sociais em diferentes dimensões. Nesse debate se tem evidenciado que as políticas culturais têm sido usadas, ainda, como mecanismo de reinvenção e reconstrução de nações a partir do respeito à diversidade de povos e culturas.

Embora ainda recente no campo da produção do conhecimento, a abordagem das políticas culturais pelos Estudos Africanos tem trazido importantes contribuições para problematizar e reinterpretar os usos da cultura no processo de reinvenção de países, como é o caso da África do Sul, país que teve a história marcada por dois acontecimentos: a colonização e o Apartheid. A cultura pode ser pensada como *lócus* fundamental para compreender lógicas de (re)organização e (re)invenção de nações, para combater desigualdades sociais herdadas pelo colonialismo e Apartheid, no caso sul africano.

Ora, cultura mobiliza outras categorias, a exemplo da racial e da identidade nacional, que se configuram como importantes linhas teóricas conectadas às políticas culturais, sobretudo, desde à perspectiva dos Estudos Africanos. De fato, em uma análise mais acurada das experiências de países do sul global, é possível perceber como o campo da cultura foi acionado em diferentes momentos, e por distintos governos, para legitimar lógicas de desigualdades pautadas em hierarquias sociais que emergiram de intensos processos de exploração e desumanização de povos do sul global

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COLEGE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As faces de John Dube**: memória, história e nação na África do Sul. 2012, 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. 2012.

BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O'BARR, Jean. **Africa and the Disciplines**: The contribution of research in Africa to the social sciences and humanities. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BIRIBA, Raissa Conrado. Um olhar sobre política cultural nas fronteiras da afrodíaspóra. Salvador: **Pol. Cult. Rev.**, v. 14, n. 2, p. 57-74, jul./dez. 2021. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 19-32.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELDER, Agnes. **La Teoria de Las Necesidades em Marx**. Ediciones Península, 1978.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. [S.L]: **Revista crítica de Ciências Sociais**, 80, 2008, 149-160.

LEITE, Pedro Pereira. Processos patrimoniais em África. Disponível em <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processospatrimoniais-em-africa/>> Acesso em 22 de ago. 2019.

NAWA, Lebogang Lancelot. **Municipal Cultural Policy and Development in South Africa**: A study of the city of Tshwane Metropolitan Municipality. Tese (Doctor of Literature and Philosophy) – Department of African Languages at the University of South Africa, 2012.

RODRIGUES, Inaldo B. **Estado, Cultura e Nação na África do Sul democrática**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, 138p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

SEVERINO, J. R. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: Edufba, 2019. p. 123-131.

SLENES, Robert W. A importância da África para as Ciências Humanas. **Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 19-32.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. São Paulo: **Cadernos de campo**, n. 20, 2011, p. 273-284.

UNESCO. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa**. 1975. Disponível em < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000019056>> Acesso em 24 de nov. de 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

